



1ª VARA CÍVEL - FORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **ESPÓLIO DE AARÃO MENDES PINTO NETTO (CPF/MF Nº 740.173.578-49)**, representado por seus herdeiros **VALÉRIA MOREIRA ALVARENGA MENDES PINTO (CPF/MF Nº 029.789.188-02)**, **CAMILA ALVARENGA MENDES (CPF/MF Nº 302.216.648-66)**, e seu cônjuge, se casada for, e **LEONARDO ALVARENGA MENDES (CPF/MF Nº 331.216.958-51)**, e seu cônjuge, se casado for; bem como dos coproprietários: **BETANIA RUBIAL RIBEIRO MENDES (CPF/MF Nº 019.383.618-14)** e **PAULO ROBERTO MENDES (CPF/MF Nº 739.349.178-87)**; e terceiros interessados: **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (CNPJ/MF Nº 46.643.466/0001-06)** e **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (CNPJ/MF Nº 01.468.760/0001-90)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. João Jose Custódio da Silveira, da 1ª Vara Cível – Foro de São José dos Campos, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Cobrança, ajuizada por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ARABESQUE (CNPJ/MF Nº 57.531.055/0001-45)** em face de **ESPÓLIO DE AARÃO MENDES PINTO NETTO (CPF/MF Nº 740.173.578-49)**, representado por seus herdeiros **VALÉRIA MOREIRA ALVARENGA MENDES PINTO (CPF/MF Nº 029.789.188-02)**, **CAMILA ALVARENGA MENDES (CPF/MF Nº 302.216.648-66)** e **LEONARDO ALVARENGA MENDES (CPF/MF Nº 331.216.958-51)**, nos autos do **Processo nº 0082012-63.1998.8.26.0577** e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - IMÓVEL - Localização do Imóvel: Apartamento nº 12, Rua República do Líbano, nº 230, Jardim Oswaldo Cruz, São José dos Campos/SP – CEP: 12216-590 - **Descrição do Imóvel:** Um apartamento, sob o nº 12, localizado no 1º andar do Edifício Arabesque, sito à Rua República do Líbano, nº 230, Jardim Oswaldo Cruz, perímetro urbano desta cidade, com área útil de 72,90 m² área comum (inclusive 01 vaga indeterminada na Garagem) de 72.996 m², área total de 145,896 ms², correspondendo-lhe no terreno uma fração ideal de 2,5%. A vaga de garagem está localizada no pavimento térreo, em lugar indeterminado.

			Dados do Imóvel	
Inscrição Municipal nº			30.0064.0003.0001	
Matrícula Imobiliária nº			93.800	Registro de Imóveis e Anexos São José dos Campos/SP
Ônus				
Registro	Data	Ato	Processo/Origem	Beneficiário / Observações
Av. 02	21/02/2006	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 2.726/05	Ministério Público do Estado de São Paulo
Av. 08	15/02/2022	Penhora Exequenda	Proc. nº 0082012-63.1998.8.26.0577	Condomínio Edifício Arabesque

Valor de Avaliação do imóvel: R\$ 320.000,00 (Nov/2021 – Avaliação às Fls. 760).

Valor de avaliação atualizado: R\$ 341.169,34 (Jun/2022). O valor de avaliação será atualizado à época das praças.



Débitos Tributários: R\$ 5.315,67 (Jul/2022), sendo R\$ 4.816,50 referente aos Débitos inscritos na Dívida Ativa e R\$ 499,17 referente ao débito não inscrito na Dívida Ativa (2022). Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

Débito Condominial (Executado em outro Processo): R\$ 41.579,55 (Jun/2021). Valor executado nos autos do Processo nº 1018547-57.2021.8.26.0577.

Débito Exequendo/Condominial: R\$ 71.414,99 (Mar/2022 – Fls. 836).

02 - A 1ª Praça terá início no dia **22 de agosto de 2022, às 13 horas, e se encerrará no dia 25 de agosto de 2022 às 13 horas**. Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subseqüentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 25 de agosto de 2022, às 13 horas, e se encerrará em 15 de setembro de 2022, às 13 horas**. Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC).

03 - O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

04 - Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

05 - Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

06 - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

07 - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

08 - O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino Leiloeiro, CNPJ nº 30.753.419/0001-85, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).



09 - Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento) do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

10 - O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

11 - O arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

12 - Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

13 - A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

14 - Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo nos termos do Item 02 deste Edital, estas serão levadas à apreciação e aprovação deste MM Juízo.



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

15 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Paulista, nº 2421, 1º Andar - Bela Vista - CEP 01.311-300 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

16 - A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 05 de julho de 2022.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. JOÃO JOSE CUSTÓDIO DA SILVEIRA
JUIZ DE DIREITO